



Poder Político e Classes Sociais. Nicos Poulantzas, Campinas: Unicamp, 2019. Renato Fernandes, Membro do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL) da Unicamp¹

A nova edição de *Poder Político e Classes Sociais* de Nicos Poulantzas chegou em uma boa hora ao Brasil. Com a eleição de Jair Bolsonaro, estamos atravessando uma crise da Nova República e transformações no Pacto Democrático pós-1988. As transformações no Estado Capitalista brasileiro, desde o golpe de 2016, são múltiplas e devem ser analisadas com o rigor que uma interpretação marxista exige. Nesse sentido, a obra de Poulantzas tem muito a contribuir e a nova edição brasileira pode ser a fonte para os marxistas e cientistas políticos brasileiros cumprirem a difícil tarefa de interpretar e criticar esse processo complexo que vivemos.

Poder Político e Classes Sociais, lançado em 1968, tem relação direta com um importante momento de transformações sociais. Na conjuntura política, os anos 1960 abriram uma nova onda de mobilizações e uma nova geração iniciou o questionamento do desenvolvimento do pós-guerra, indo às ruas de Paris, da Cidade do México ou de Praga. No Oriente, avançava a Revolução Cultural Chinesa e os EUA cada vez mais se complicava no Vietnã. Essas transformações aconteceram também no campo ideológico, com uma revitalização do marxismo. Na França, despontam as interpretações de Jean-Paul Sartre, de Henri Lefebvre e de Louis Althusser, entre outros. No campo da ciência política podemos destacar as obras de Talcott Parsons, David Easton e Charles W. Mill que deram um novo impulso às pesquisas na área.

Foi nessa conjuntura política e ideológica que Poulantzas lançou *Poder Político e Classes Sociais*. O livro consegue passar pela definição teórica e rigorosa de conceitos fundamentais para a ciência política como: *político, poder, classes sociais*,

¹ Doutor em Ciência Política e professor da Rede Pública do Estado de São Paulo. Membro do Laboratório de Pensamento Político (PEPOL) da Unicamp.

Estado capitalista, bloco no poder, autonomia relativa do Estado, burocracia, entre outros. Faz esse percurso, não se isolando na leitura dos clássicos do marxismo (tarefa que cumpre muito bem), mas em confronto com as principais teorias da época, como o funcionalismo de Talcott Parsons e a teoria da elite do poder de Wright Mills, além das críticas a outras teorias marxistas como a de Gyorgy Lukács e Karl Korsch.

A estrutura da obra foi pensada de uma maneira ortodoxa: na primeira parte, Poulantzas procurou explicar questões gerais da teoria marxista; depois se dedicou aos problemas gerais da teoria do Estado capitalista; e, por último, em problemas específicos do Estado capitalista. Todas essas questões trabalhadas a partir da teoria com a análise empírica sendo utilizada, geralmente, para ilustrar as teses mais gerais – essa ausência de análises empíricas foi muito criticada².

Em nossa resenha, seguiremos essa maneira de exposição do argumento do autor, buscando problematizar algumas partes de sua exposição. Porém, antes de entrarmos na interpretação da obra, gostaríamos de situar o tipo de leitura que Poulantzas fez da teoria do Estado de Marx.

Uma leitura sintomática do Estado em Marx

Em 1965, diversos autores como Pierre Macherey, Jacques Rancière, Louis Althusser e Étienne Balibar publicaram a obra *Ler o Capital* (1979). Dois temas presentes na obra tiveram grande repercussão no livro de Poulantzas: a leitura sintomática de Althusser e as teses sobre materialismo histórico de Balibar.

A leitura sintomática de Althusser foi uma proposta inovadora para o ato de interpretação. Ao lado da leitura clássica, de inspiração religiosa, da revelação que está no objeto, que é própria do objeto, Althusser insistiu em uma leitura inovadora de Marx: o que os economistas clássicos veem que mostra o que eles não veem. Isto é, na apropriação teórica do objeto pela leitura, parte do que é mostrado esconde outra parte que não é mostrada. Nesse sentido, para Althusser, o problema não está em que eles não veem, mas no que eles não podem ver por causa da problemática teórica na qual estão situados. Ler é uma prática teórica. Nesse sentido, é a problemática teórica que delimita o campo de visão do problema e é nela que se pode desenrolar a interpretação.

² Essa foi uma das críticas de Miliband (2008, p. 94).

O segundo texto importante em *Ler o Capital* é o intitulado: *Sobre os conceitos fundamentais do materialismo histórico*, de Balibar. Partindo da concepção althusseriana de leitura, Balibar buscou delimitar alguns conceitos que muitas vezes apareceram na obra de Marx ou de Lenin como noções ou *conceitos práticos* e não enquanto conceitos teóricos. O principal deles se relaciona ao conceito de *modo de produção*, porém Balibar explora outros conceitos como *forças produtivas*, *relações de produção*, *superestrutura*, etc.

O projeto de Poulantzas em *Poder Político e Classes Sociais* foi justamente, a partir de considerar a problemática do *materialismo histórico*, assumir a tarefa de fazer uma interpretação dos conceitos políticos presentes nas obras dos clássicos do marxismo como Marx, Engels, Lenin e Gramsci. A introdução da obra foi dedicada a considerar a instância do político como um objeto de conhecimento e de produzir uma teoria regional do político – dado que era uma estrutura de todos os modos de produção, era possível elaborar uma teoria regional do mesmo.

A leitura sintomática que Poulantzas realizou dos marxistas, a partir da teoria do materialismo histórico, fez com que ele considerasse que alguns conceitos estavam apenas em estado prático nos clássicos e que era necessário um trabalho de produção do conhecimento para formulá-los como *conceitos teóricos*.

Estado, político, classes sociais, poder

A primeira parte do livro de Poulantzas buscou delimitar conceitos centrais que serão então utilizados na explicação do Estado capitalista e das suas características.

Os primeiros conceitos tratados por Poulantzas são os de *político* e *política*. Por *político*, o autor designou a *superestrutura jurídico-política do Estado*, isto é, as estruturas ou instâncias políticas, o poder institucionalizado do Estado. Já por *política*, Poulantzas apresenta não o campo das estruturas, mas das práticas, da luta política (2019, p. 39). Essa distinção entre o campo das estruturas e das práticas é fundamental para o materialismo histórico na perspectiva de Poulantzas: na estrutura estão os elementos invariantes do econômico, do político e do ideológico que se fazem presentes em todas as sociedades e que se combinam de maneiras diferentes; no campo das práticas, seguindo as definições de Althusser e Balibar, é onde se localizam as transformações dos objetos, seja pela prática teórica, política, econômica, etc. Com essa distinção é que podemos compreender o político como *poder institucionalizado* e

a política como a *luta pela conservação e transformação do poder político* (Ibidem, p. 44).

A partir dessa distinção, Poulantzas apresenta a função fundamental do Estado que é a de “*constituir o fator de coesão dos níveis de uma formação social*” (Ibidem, p. 46). Porém, o Estado além de ser o fator de coesão é, ao mesmo tempo, “a estrutura na qual se *condensam* as contradições dos diversos níveis de uma formação” social (Ibidem, p. 46). Ele é ao mesmo tempo um *nível específico* e um *lugar de transformação*.

Essa definição da função geral do Estado é o que levou Poulantzas a especificar a diferença em diversos modos de produção. Aqui o autor retomou algumas ideias de Bukharin, em que o Estado seria o *regulador* do conflito político de classes no sentido de organizar esse conflito para a manutenção das condições de produção de uma formação social. Por mais que o *Estado* tenha diversas funções ou modalidades (técnicas, econômicas, ideológicas, etc.), a função global dele é *política* (Ibidem, p. 51).

As classes sociais aparecem como um conceito importante para delimitar o que é o Estado capitalista em Poulantzas. As classes sociais não são definidas simplesmente pela sua posição em relação ao econômico ou por ser uma “coisa empírica”, mas como “*os efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais*” - ela não é uma estrutura, mas o efeito da combinação das diferentes estruturas (Ibidem, p. 68). Dessa forma, numa formação social, na qual se combinam diferentes modos de produção, é possível a presença de diferentes classes e frações de classe (Ibidem, p. 70). As classes não são conceitos em si aplicados a uma formação social, mas o resultado das combinações estruturais da própria formação compreendidas a partir do materialismo histórico.

Criticando a formulação de Marx e sua divisão entre *classe em si* e *classe para si*, presente na obra *Miséria da Filosofia*, Poulantzas afirmou que “a emergência efetiva das classes sociais ocorreria nos níveis político e ideológico” e por isso, as classes só podem ser realmente apreendidas como objeto de análise no nível da *luta de classes*, das práticas, no qual a luta *política* de classes é *sobredeterminante*.

Partindo dessa concepção, que concebe as classes sociais como efeitos, o autor apresenta uma definição importante para compreender as classes sociais: *classes distintas* e *frações de classe*. Uma *classe distinta* é aquela que aparece na cena política como uma *força social* na qual sua existência econômica se reflete sobre os

outros níveis (político e ideológico) por uma *presença específica* ou por *efeitos pertinentes* (Ibidem, p. 77).

O exemplo de classe distinta que Poulantzas dá em Marx é dos camponeses no processo político francês do golpe de Louis Bonaparte. É um exemplo bastante controverso, pois a interpretação corrente é de que os camponeses se constituem como uma *classe em si*, mas não conseguem, por sua estrutura econômica constituir-se em *classe para si*. Poulantzas afirma exatamente o contrário: os camponeses parcelares constituem uma classe distinta, pois são os efeitos econômicos, ideológicos e políticos da situação do bonapartismo francês – a sobredeterminação da luta política nas classes sociais (Ibidem, p. 78).

Ainda sobre as classes sociais, Poulantzas diferencia três termos importantes: as *frações autônomas* que constituem uma parcela de uma classe que se autonomiza da própria classe por efeitos pertinentes; as *categorias sociais* que são conjuntos sociais com efeitos pertinentes com relação a estruturas distintas das econômicas, como os intelectuais em relação ao ideológico e a burocracia em relação ao jurídico-político; e, por último, as *camadas sociais* que são o resultado dos *efeitos secundários* das estruturas sobre os conjuntos sociais, como a *aristocracia operária* e as *cúpulas da burocracia* (Ibidem, p. 82).

O conceito de poder tem como lugar de constituição o *campo das práticas de classe*, isto é, ele é um *efeito da estrutura*, mas não se constitui nas estruturas e sim nas relações sociais de classe. Nesse sentido, o poder aparece como uma relação de classes: não está em nenhuma estrutura específica, mas o poder é “*a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos*” (Ibidem, p. 106).

A definição poulantziana de poder trabalha com a ideia de que ele é definido pelo conflito e pela luta de que uma determinada classe estabelece uma relação de *dominação e subordinação* a outras classes para tentar realizar seus interesses específicos. Por outro lado, não há classe social que tenha poder sem uma capacidade organizacional necessária para impor este poder (Ibidem, p. 108-109). Por último, é necessário compreender que os interesses de classe não são definidos pelas estruturas, mas pelo campo das práticas de classes: eles não são fixos por uma essência de classes, mas se modificam de acordo com a existência específica das forças sociais, das organizações de classes e das próprias relações de poder (Ibidem, p. 113).

Partindo da definição mais geral da estrutura jurídico-política e do Estado, o autor diferencia o *poder de Estado*, os *aparelhos de Estado* e os *centros de poder*.

Para ele, são as classes que detêm o poder e não as instituições, porém, esse poder se organiza em *centros de poder* que possuem uma autonomia própria, mas que se localizam muitas vezes no *aparelho de Estado*, ainda que possam ser deslocados em situações específicas. Um dos exemplos de deslocamentos dos centros de poderes aconteceu na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, no qual o poder de classe se deslocou do *aparelho de Estado* para os *soviets* que constituíam o poder real na sociedade.

As particularidades do Estado capitalista

Na segunda parte do livro, Poulantzas investigou as particularidades do Estado capitalista. A primeira particularidade, que é exatamente o *problema* do Estado capitalista, é justamente que ele é um Estado de *classe* no qual a “dominação política de classe” está ausente de suas instituições: é um Estado de todo povo, de todos os cidadãos que encarna o interesse geral de toda a sociedade (Ibidem, p. 123-124).

Uma das características mais importantes do Estado capitalista é justamente o *efeito de isolamento* que o Estado produz em relação ao econômico: ao igualar todos como cidadãos (burgueses e proletários), o Estado produz o efeito político e ideológico de isolar as relações econômicas de classes das outras relações e, nesse sentido, isolar a luta econômica de classe das outras lutas.

Dessa forma, a particularidade do Estado capitalista reside na “autonomia específica de suas estruturas”, isto é, na existência particular de estruturas do aparelho de Estado em relação às outras estruturas e no efeito de isolamento desse Estado das relações sociais econômicas, por meio da constituição dos indivíduos em cidadãos do povo-nação (Ibidem, p. 144). O Estado capitalista tem uma relação específica com a hegemonia de classe: ele constitui ao mesmo tempo uma classe como hegemônica no interior de um povo-nação e constitui uma classe como hegemônica no interior de um *bloco no poder* (Ibidem).

Para se compreender esse Estado capitalista, Poulantzas propõe uma tipologia das suas formas de Estado. Para ele, as formas de Estado são o resultado da “modificação específica da relação entre o político e o econômico” (Ibidem, p. 151) e nesse sentido, das relações do Estado *com o isolamento das relações sociais econômicas*, por um lado, e das relações do Estado com a *hegemonia de classe e o bloco no poder*, por outro. Poderíamos dizer, tal como Poulantzas aprofunda, que as

formas de Estado dependem do *campo das práticas de classes* e mais precisamente das *formas* que se revestem a luta econômica e a luta política em determinada formação social. Essas formas de Estado se relacionam com os tipos de Estado - liberal, intervencionista, etc.

Além das formas de Estado, Poulantzas procura definir as *formas de regime político*. Os regimes políticos assumem definições mais clássicas (República parlamentar, monarquia constitucional, ditadura militar, etc.), próprias das classificações da ciência política, porém devem ser analisadas a partir da interpretação marxista da *temporalidade particular do nível político* (Ibidem, p. 153). Nessa temporalidade pode ocorrer uma *defasagem funcional*, na qual um tipo de Estado pode ter que assumir funções de outro tipo de Estado - o exemplo de Poulantzas é quando numa crise, um Estado liberal assume funções típicas de um Estado intervencionista, injetando dinheiro diretamente nas empresas capitalistas (o que ocorreu em 2008 e podemos ver na atual crise sanitária mundial). Porém, existe outro tipo de defasagem que é a de *ruptura* na qual as funções que o Estado assume estão em contradição com sua estrutura - esse tipo de *defasagem de ruptura* aparece, por exemplo, na contradição entre o tipo de Estado capitalista e a predominância de um bloco de poder hegemônico pela nobreza feudal.

Para Poulantzas, o Estado absolutista aparece como um estado de transição, isto é, constituído por uma não correspondência entre a superestrutura política - que tem importantes características do tipo capitalista de Estado - e a instância econômica na qual não há um predomínio do modo de produção capitalista (Ibidem, p. 161)³. Para ele, as principais características do Estado absolutista são a centralização do poder nacional e a encarnação do interesse geral público - traços fundamentais do Estado capitalista. Porém, no bloco no poder, há uma clara hegemonia da nobreza feudal sobre a burguesia, o que gera uma “autonomia relativa” do Estado em relação ao próprio campo da luta de classes.

Será somente com as revoluções burguesas que se completará a transição para a formação de um Estado capitalista propriamente dito. Porém, as revoluções burguesas não foram idênticas: Inglaterra, França e Alemanha particularizaram esse processo em modelos diferentes, o que levou a particularidades no bloco do poder e no tipo de Estado capitalista decorrente desse processo. Enquanto na Inglaterra a burguesia eliminou os pequenos proprietários rurais e assumiu a hegemonia no bloco no poder,

³ Armando Boito polemiza com essa definição de Poulantzas (cf. BOITO, 1998).

mantendo os resquícios feudais como a monarquia (Ibidem, p. 175), na França, para eliminar a nobreza, a burguesia selou uma aliança com os pequenos produtores, o que caracterizou o fenômeno típico do jacobinismo (Ibidem, p. 180). Sem dúvida alguma, essa é a parte mais “empírica” do livro em sentido tradicional: Poulantzas aplica suas teses sobre um objeto histórico. A questão central é que na relação entre teoria e dados empíricos, há um comando da teoria na prática teórica. Porém, será nas obras posteriores como *Fascismo e Ditadura* (1972 [1970]) e *Classes sociais no capitalismo hoje* (1975 [1974]) que essa “análise empírica” será mais densa.

Essa interpretação de Poulantzas sobre as revoluções burguesas é uma polêmica frontal com outras tradições marxistas, pois não é possível “encontrar um modelo exemplar de revolução burguesa”. Mesmo não existindo um tipo ideal de revolução burguesa, para o autor, é possível notar “*a ausência de capacidade política, pela sua constituição de classe, da burguesia para levar a bom termo, numa ação aberta, sua própria revolução*” (Ibidem, p. 185) - a Alemanha é o caso mais exemplar dessa incapacidade (e poderíamos acrescentar aqui os países dependentes, como a América Latina). As burguesias nacionais conduziram o processo de acordo com as particularidades locais, porém não levaram em nenhum país uma dominação “puramente” burguesa, deixando traços feudais ou não capitalistas nas formações sociais.

O Estado capitalista e as classes sociais

Como vimos acima, a particularidade central do Estado capitalista é a ocultação da dominação política em suas próprias instituições, pois ele é um “Estado de todo povo”. Nesse sentido, para Poulantzas, o Estado capitalista tem como função manter o isolamento econômico das classes dominadas, impedindo sua organização como classe, ao mesmo tempo em que ele “trabalha permanentemente” na organização política da classe dominante.

Para cumprir essa função, Poulantzas distingue que o Estado capitalista não representa diretamente os *interesses econômicos* das classes dominantes, mas sim os seus *interesses políticos*, isto é, a manutenção das relações de forças necessárias para a reprodução da dominação de classe. Isso implica que o Estado capitalista, muitas vezes, pode garantir alguns interesses econômicos das classes dominadas - ideia que Poulantzas retoma de Antonio Gramsci. É nesse sentido que o “Estado de todo povo”

aparece como um *fato real*: ele não representa apenas os interesses das classes dominantes, mas também alguns interesses das classes dominadas. A representação dos dominados é sempre uma *possibilidade* inscrita na própria estrutura desse Estado, ainda que o nível dessa representação varie de acordo com a luta política, econômica e ideológica da própria conjuntura e tenha limites estruturais.

Nesse sentido, o poder do Estado capitalista é fundado num *equilíbrio instável de compromisso*: compromisso das classes dominantes com relação às classes dominadas, satisfazendo determinados interesses sem perder o domínio, porém que é instável, pois muda de acordo com a conjuntura⁴. Dessa forma, seguindo novamente a Gramsci, Poulantzas identifica uma dupla característica do Estado capitalista: uma autonomia relativa dos interesses políticos em relação aos interesses econômicos das classes dominantes expressa pelas relações de forças; uma autonomia do poder político institucionalizado em relação ao poder econômico das classes dominantes (Ibidem, p. 196).

Um elemento importante são os efeitos ideológicos no campo da luta de classes produzidos por essas particularidades do Estado capitalista. Partindo da tese de Gramsci, de que a ideologia dominante é o resultado das relações de forças entre as classes (Ibidem, p. 206), Poulantzas trabalha no interior da problemática althusseriana: a ideologia como instância, estrutura, como uma relação real dos homens com suas condições de existência investida em uma *relação imaginária* (Ibidem, p. 210). Nesse sentido, a ideologia tem como função constituir uma *coerência imaginária* para a unidade das contradições sociais do conjunto de uma formação (Ibidem, p. 212).

As ideologias, nessa interpretação althusseriana, podem ser divididas em *subconjuntos ideológicos* - referente às classes sociais - e também a regiões - moral, jurídica, religiosa, etc. Na ideologia burguesa, de acordo com Poulantzas, predomina o *jurídico-político*, isto é, a ideia de igualdade e liberdade privadas em que o Estado representa a vontade popular, os interesses gerais⁵. Essa ideologia burguesa constitui o *imaginário* de isolamento das lutas econômicas, como interesses privados, e procura

⁴ Apesar de Gramsci ser a inspiração central para essa tese, não podemos deixar de constatar que Bukharin também trabalhava com a ideia do equilíbrio instável (BUKHARIN, s/d, p. 78).

⁵ Em *Poder Político e Classes Sociais*, Poulantzas não utiliza ainda o conceito de *aparelhos ideológicos de Estado*. Em 1969, Althusser está trabalhando nos rascunhos sobre o tema e Poulantzas vai incorporá-lo, com suas particularidades, no livro lançado com o título *Fascismo e Ditadura* (1970).

constituir a legitimidade das instituições estatais perante as classes sociais, buscando a aceitação e o consentimento das classes dominadas aos interesses das classes dominantes.

Em relação à força, Poulantzas incorpora a tese de que o Estado capitalista *detém o monopólio da repressão física organizada*, diferentemente de outras formações sociais, nas quais outras instituições detinham também essa função. Nesse sentido, a repressão física organizada não pode ser exercida pelos agentes de domínio direto da economia, mas somente pelo Estado capitalista e suas forças policiais.

O principal conceito apresentado na análise do Estado capitalista é justamente o de *bloco no poder* com três determinações principais: a) nas formações sociais capitalistas há uma coexistência particular de dominação de várias *classes e frações dominantes* - o sufrágio universal é uma das formas que permite a constituição de um bloco no poder; b) numa formação social, há diversos modos de produção coexistindo, nesse sentido, há frações e classes sociais de modos de produção não capitalistas que permanecem e podem atuar, dependendo da cena política, como fração autônoma; c) a burguesia se divide em frações de classe.

O bloco no poder representa uma unidade contraditória entre classes e frações de classe com dominante resultado das combinações das estruturas nas formações sociais. O conceito refere-se ao campo da luta de classes: quais as classes que detém o *poder de Estado* e quais as suas relações de dominação e subordinação. Nesse sentido, pode haver uma defasagem entre o *bloco no poder* e as *formas de Estado* e também as *formas de regime*: não necessariamente existe uma correspondência entre eles, essa determinação depende das relações de forças no campo da luta de classes.

Poulantzas faz uma diferenciação entre o bloco no poder e as alianças e classes-apoios. Para ele, o bloco no poder tem uma *extensão relativa da unidade* entre as classes e frações de classe, mantendo uma unidade ideológica, política e econômica em determinada conjuntura. Já a aliança se fundamenta somente numa unidade em um dos campos da luta de classes (econômico ou político ou ideológico). Já em relação às classes-apoios, Poulantzas considera que existe principalmente uma unidade ideológica entre o bloco no poder e essas classes e que essa unidade se fundamenta principalmente no temor do poder da classe operária (Ibidem, p. 249).

Outro conceito importante desenvolvido pelo autor é o de *cena política*. Para ele, a *cena política* circunscreve o espaço particular da periodização da luta de classes em que é possível identificar os interesses políticos e as práticas de classe, por um lado, e

sua representação partidária por outro. Nesse sentido, é preciso distinguir a *classe hegemônica*, a *reinante* e a *detentora*: a classe ou fração hegemônica é aquela que domina o *bloco no poder*; a classe ou fração reinante é aquela que ocupa o lugar dominante na *cena política*; e a classe ou fração *detentora* é aquela que ocupa o aparelho de Estado. Poulantzas alerta que pode haver *defasagem* entre essas classes e isso depende da instância analisada e das conjunturas.

Um “parênteses” sobre Gramsci

A relação de Poulantzas com Gramsci é bastante complexa. Por um lado, há uma crítica geral ao “historicismo absoluto” que o comunista sardo defendia e que Poulantzas critica, a partir da problemática althusseriana. Por outro, como vimos acima, há diversas reivindicações para explicar as relações dos *interesses políticos* da classe dominante com as classes dominadas; da ideologia como produto das relações de classe, entre outros elementos. Porém, não há somente esses dois polos nessa relação, há também críticas específicas de Poulantzas a Gramsci. A principal crítica está na compreensão do conceito de hegemonia⁶. Para Poulantzas, o conceito em Gramsci permaneceu em “estado prático” e é “demasiado vago”, pois o italiano teria realizado uma ampliação abusiva do mesmo (Ibidem, p. 137).

Para compreender a leitura que Poulantzas faz de Gramsci, é necessário compreender que a própria leitura de Gramsci na França (e mesmo na Itália), em 1969, era uma leitura bastante limitada: as edições completas dos *Cadernos do Cárcere* só foram publicadas em 1975 e o material que Poulantzas tem à mão, as *edições temáticas* baseadas na organização de Palmiro Togliatti, ao cortarem diversas passagens do *Cadernos*, estabeleceram uma problemática de interpretação da hegemonia vinculada à sociedade civil e da dominação vinculada à sociedade política, realizando uma “ruptura teórica entre *hegemonia* e *dominação*” (Ibidem, p. 207). Nesse sentido, a empreitada de Poulantzas, ao buscar definir a especificidade do político e do Estado iam na contramão dessa interpretação predominante de Gramsci.

Criticando essa interpretação, que ele toma como sua ao analisar a interpretação de Gramsci do Estado feudal, Poulantzas separa seu conceito de hegemonia do de Gramsci em dois sentidos: por um lado, pensa a hegemonia no interior do *bloco no*

⁶ Poulantzas já havia se dedicado a uma análise do conceito de hegemonia em *Preliminaires à l'étude de l'hégémonie dans l'état* (1964, p. 36-86).

poder – questão que ele considera ausente em Gramsci (Ibidem, p. 140); por outro lado, critica a possibilidade de pensar a hegemonia como estratégia do proletariado (Ibidem, p. 207).

A primeira questão, da hegemonia no interior do *bloco no poder*, ainda que não haja um desenvolvimento semelhante, pode ser problematizada a afirmação de Poulantzas e considerar se Gramsci não trabalhou com essa definição de hegemonia, ainda que em “estado prático”. Por exemplo, se ela não estava contida já na reflexão sobre a hegemonia das classes dominantes e na sua definição de hegemonia como “dirigir os grupos afins e aliados” (GRAMSCI, 2002, p. 62). Considerando que para Gramsci, a classe hegemônica necessita “tornar-se Estado”, ela consegue uma hegemonia ativa quando é dirigente e dominante (Ibidem, p. 139), isto é, quando há unidade entre *hegemonia* e *dominação*. Nesse sentido, sem tirar a particularidade do desenvolvimento do conceito de *bloco no poder* por Poulantzas, pensamos que Gramsci, além de não romper a relação entre hegemonia e dominação em suas análises, trabalhou em “estado prático” com a ideia do *bloco no poder*.

A segunda questão se relaciona com a primeira, porém tem a ver com a estratégia do proletariado. Na obra *Poder Político e Classes Sociais* não há explicitamente o objetivo de refletir sobre este tema, porém, Poulantzas apresenta-o em diversas partes. Em uma delas, na crítica a Gramsci. Para Poulantzas, o comunista italiano rompe com a estratégia leninista ao defender que é possível para uma classe ser hegemônica antes de tornar-se dominante (Ibidem, p. 208). Se considerarmos que na perspectiva gramsciana não há a ruptura entre hegemonia e dominação, dado que não há separação orgânica entre os dois momentos, a ideia de que os subalternos devem conquistar a hegemonia antes de tornar-se uma classe dominante no Ocidente significa nada mais que conceber os *diferentes momentos da luta política* em que os comunistas precisam atentar-se na elaboração estratégica. É um problema da *defasagem* tão teorizada por Poulantzas no livro. Nessa interpretação, é impossível manter-se hegemônico, sem tornar-se dominante, sem tomar-se a sociedade política, o Estado. Nesse sentido, a leitura de Poulantzas das teses de Gramsci sobre a conquista da hegemonia pelas classes subalternas, nos parece desconsiderar a possibilidade dessa defasagem.

A autonomia relativa e a unidade do Estado capitalista

Duas características fundamentais do Estado capitalista, que o diferenciam de outros tipos de Estado, são a unidade interna do aparelho de Estado e a autonomia do mesmo em relação às classes ou frações do bloco no poder. Para Poulantzas, existe uma relação dialética entre essas características: o Estado capitalista tem uma coesão interna que fortalece sua autonomia relativa e essa autonomia relativa fortalece a coesão interna do aparelho de Estado.

É nesse sentido que Poulantzas refere-se ao problema histórico-conceitual do *bonapartismo*. No marxismo, existem duas interpretações principais: a primeira é a de que o *bonapartismo* se refere a um “fenômeno histórico concreto” (determinado no campo das práticas sociais) e a outra é a de que se trata de uma “característica constitutiva do tipo capitalista de Estado” (Ibidem, p. 266). Para Poulantzas, a segunda interpretação é válida: a autonomia do aparelho estatal não depende de um “equilíbrio de forças” e nem de um “equilíbrio catastrófico”, como no caso do cesarismo de Gramsci, mas é constitutiva do Estado capitalista, ainda que tenha variações de acordo com a conjuntura concreta da relação de forças entre as classes.

A diferenciação entre o *fenômeno histórico concreto* e a *característica constitutiva do Estado capitalista* do bonapartismo (Ibidem, p. 266) é fundamental em sua teoria. A autonomia relativa constitui o Estado capitalista por suas características estruturais – representação da vontade popular, coesão da formação social, bloco no poder, organização dos interesses políticos dominantes. Por outro lado, a autonomia relativa não é uma característica subordinada do fenômeno histórico do cesarismo (em termos gramscianos) que representa um fenômeno particular, resultado de um equilíbrio catastrófico das forças sociais com sua crise de representação política e a possibilidade de surgimento de um líder ou chefe carismático (Ibidem, p. 267-268). Nesse sentido, Poulantzas critica a concepção corrente que iguala essas duas características.

Partindo dessa autonomia como estrutural, Poulantzas critica outras concepções como o institucionalismo, o funcionalismo e o pluralismo. Além dessas, o autor realiza a crítica, no interior do marxismo, às concepções chamadas *oportunistas* que dão uma autonomia total ao Estado (reformismo socialdemocrata) e as da extrema-esquerda, como as teorias do social-fascismo, que concebiam o Estado capitalista apenas como um instrumento a serviço dos monopólios.

Para compreender a questão da autonomia relativa, Poulantzas parte da questão do *isolamento* no modo de produção capitalista da luta econômica, política e

ideológica. Como efeito do isolamento, um efeito ideológico, a soberania popular é concebida como soberania do Estado que não representa os interesses privados, mas os interesses públicos frente aos antagonismos privados. A instância jurídica do Estado capitalista, o direito, representa a unidade institucional do poder político - unidade formal e real.

Esse efeito de isolamento das lutas e classes sociais do Estado capitalista produz a autonomia relativa: o Estado não está diretamente relacionado aos interesses econômicos das classes dominantes, mas sim aos interesses propriamente políticos (Ibidem, p. 290). Essa autonomia relativa tem como fundamento as próprias características estruturais da burguesia enquanto classe dominante: o fracionamento interno, a permanência de classes da pequena produção e seu reflexo no campo político; as lutas da classe operária e as instituições próprias do Estado capitalista com sua divisão de poderes.

Dessa relação entre a autonomia e a unidade, Poulantzas afirma que o Estado capitalista tem como função a organização política (da hegemonia) das classes dominantes, a desorganização política da classe operária e a representação política dos interesses das classes da pequena produção. A forma como ele cumpre essa função de organização, desorganização ou representação política das classes sociais de uma formação social depende da conjuntura da luta de classes, porém, Poulantzas assinala que existe um limite que o Estado capitalista estabelece para a ação de cada uma delas a partir do isolamento da luta econômica da luta política e ideológica.

Em relação ao bloco no poder, o autor considera que o papel do Estado é de constituir a unidade de fato do bloco sob a égide da classe ou fração hegemônica. Nesse sentido, o aparelho de Estado não é composto por uma “pluralidade” de centros de decisões com o mesmo poder, mas organizado de acordo com a hegemonia de uma classe ou fração no bloco do poder de Estado.

Partindo desse papel do Estado capitalista na organização do bloco no poder, o autor trabalha com a questão da separação dos poderes e o problema dos tipos de Estado e formas de regime. Primeiro, Poulantzas reafirma que a separação de poderes não é meramente formal, mas representa a própria maneira como o bloco no poder organiza sua hegemonia por meio da predominância de um dos poderes sobre os outros.

Uma segunda questão se relaciona com as formas de Estado. A tipologia das formas de Estado é estabelecida pelas relações entre executivo e legislativo que, por

sua vez, é sobredeterminada pelas relações entre o Estado e as formas de luta econômica e política. Nesse sentido, para Poulantzas, o presidencialismo ou o parlamentarismo não constituem, em si mesmo, uma forma de legitimidade do Estado capitalista que esteja “mais próxima do povo” ou “mais afastada”, mas formas diferentes da relação entre executivo e legislativo determinadas pela própria organização do bloco no poder. Um fator importante da concentração do poder no executivo, para Poulantzas, está na perda de legitimidade dos partidos políticos em organizar o bloco no poder (Ibidem, p. 323).

Em relação às formas de regime, Poulantzas considera que as formas de Estado e de regime são inseparáveis para serem compreendidas e devem ser estudadas de acordo com a cena política e sua própria periodização. Os regimes políticos são resultado da combinação das formas de Estado com a configuração da cena política (Ibidem, p. 325). Para o autor, um Estado parlamentarista é bastante diferente se é bipartidário ou multipartidário, assim como o é em um presidencialismo. Nesse sentido, é no estudo da cena política, na forma como ela se constitui, que se pode determinar não somente as formas de Estado e de regime, mas também os graus de autonomia relativa do Estado capitalista em relação às classes ou frações dominantes: uma predominância do executivo não significa diretamente uma autonomia crescente do Estado, pois para essa autonomia acontecer, ela necessita de um declínio do papel dos partidos políticos na cena política - situação que é encontrada no bonapartismo francês estudado por Marx ou na situação de *crise de representação partidária* analisada por Gramsci na Itália pré-fascista (Ibidem, p. 327).

Burocracia e elites

A última parte do livro é dedicada a uma análise crítica da literatura contemporânea sobre a teoria das elites e ao problema da burocracia no Estado capitalista. Um ponto que chama a atenção, logo no parágrafo inicial, é uma referência de Poulantzas aos “erros de análise de Trotsky” sobre o problema, principalmente dos epígonos dele. Essa é uma questão latente, dado que Poulantzas não apresenta uma crítica a Trotsky sobre a burocracia, porém deixa sua crítica em “estado prático”. Voltaremos nisso adiante.

Apesar da referência inicial ser a Trotsky, podemos afirmar que o principal alvo da crítica poulantziana é Wright Mills e sua teoria da “elite no poder”. Desde seu livro *The Marxists* (1962), Mills começou a influenciar teóricos marxistas, principalmente anglofônicos⁷. Para Poulantzas, o principal erro dessa teoria era a confusão entre o *poder de Estado* e o *aparelho de Estado*, pois dessa forma, a “elite política” ou “classe política” detinha um poder próprio, um poder burocrático. Ele amplia essa crítica para outras concepções, como a de Raymond Aron, que admitem a existência de uma *pluralidade das elites políticas ou categorias dirigentes* em cada uma das instituições do Estado ou da Sociedade civil.

Considerando a especificidade do Estado capitalista, de se apresentar como um Estado de todo povo, Poulantzas considera que a tendência central é uma “defasagem entre a classe economicamente dominante e a classe politicamente dominante” (Ibidem, p. 338). Nesse sentido, a classe dominante, que detém o poder de Estado, não constitui *necessariamente* a classe dirigente do aparelho de Estado. Isso depende das “formas concretas da luta de classes, e as estruturas políticas, os tipos e formas de Estado e as formas de regime” (Ibidem).

A burocracia é uma *categoria* específica da estrutura do Estado - um efeito sobre seus agentes. Ela se assemelha à categoria de *intelectuais* em relação à instância ideológica. A burocracia que faz funcionar o aparelho de Estado, mas não é ela que detém o poder de Estado: ela faz parte da estrutura estatal, enquanto o poder de Estado é determinado no campo das práticas, da luta de classes. Sendo uma categoria, a burocracia tem um pertencimento de classe determinado pelas classes sociais das quais ela advém. Seguindo as indicações de Marx e Engels, Poulantzas refere-se às “cúpulas burocráticas” como *classe detentora*, isto é, a classe que detém o aparelho de Estado. Isso é importante, como vimos, na relação própria do bloco no poder.

O problema do pertencimento de classe da burocracia não é relevante somente para as cúpulas: a composição de classe das camadas subalternas da burocracia, como parte do aparelho, é uma forma de constituir classes-apoios ao bloco no poder.

Outro problema específico da questão da burocracia é o da *burocratização* e das *estruturas de um tipo de Estado*. A tendência geral é que a burocracia se coloca a

⁷ Essa influência foi bastante ampla. Na Argentina, por exemplo, capítulos desse livro de Mills foram traduzidos e publicados pelo trotskista Milcíades Peña em sua revista *Fichas de Investigación Económica y Social*. Sobre o tema, ver a tese FERNANDES, R. *O desenvolvimento combinado na Argentina: Milcíades Peña e a questão nacional*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2019, p. 375-381.

serviço dos interesses políticos da classe hegemônica do bloco no poder. Porém, em determinados momentos, na cena política, por sua posição social no aparelho de Estado, pode ocorrer uma defasagem entre a burocracia e o bloco no poder, independente da coincidência entre o pertencimento de classe, o que pode levar a uma maior autonomia do poder de Estado.

Retomando Weber e criticando a ciência política funcionalista, Poulantzas considera a relação necessária entre burocracia-burocratismo e o modo de produção capitalista: não existe uma burocracia que é funcional e outra disfuncional, como defendia o cientista político Robert Merton. O funcionamento da burocracia não é patológico, mas é constitutivo do Estado capitalista (diferente dos Estados pré-capitalistas). Porém, o fenômeno do *burocratismo* é um fenômeno *político*: devido a condições estruturais de uma formação social, principalmente em relação à constituição do bloco no poder, o Estado pode assumir o papel dominante e estender seu domínio sobre as outras instâncias. Nesse sentido, a burocracia pode assumir um papel dominante na economia, na ideologia, etc., de acordo com a conjuntura e as formas de Estado - com um forte predomínio da ideologia burguesa da “legitimidade racional-legal” da ação estatal.

Nesse sentido, o *burocratismo* é um fenômeno que aumenta o nível e o grau da autonomia relativa da burocracia em relação às classes sociais, com forte efeito da ideologia dominante, dado que a legitimidade racional-legal considera que a burocracia age de acordo com a “vontade popular”, com os critérios imparciais do direito e não a serviço de uma classe dominante. Essa autonomia reforça a *unidade* da própria burocracia enquanto categoria social específica. Porém, esse burocratismo não exclui o bloco no poder, mas constitui um dos efeitos desse bloco na cena política.

Considerando essas definições é que podemos voltar à crítica “em estado prático” a Trotsky feita por Poulantzas. Antes de entrar na questão da burocracia, é preciso advertir que Trotsky, em *A Revolução Traída* (2005 [1935]), principal obra que define o que é a casta burocrática, parte de uma concepção de classes com traços economicistas (“lugar na economia” e “relações com o meio de produção”) e de uma confusão entre “relações de produção” e “relações de propriedade”. Partindo dessas teses, Trotsky afirmou que a burocracia não pode ser uma classe dominante, pois apesar de controlar o Estado na URSS, ela não é a possuidora da propriedade estatal (TROTSKY, 2005, p. 224).

A crítica de Poulantzas reside justamente nessa diferenciação, porém ela não foi feita em *Poder Político*: para ser burguesia, de acordo com sua definição, o essencial é dominar a propriedade econômica e não a propriedade jurídica. Nesse sentido, a burocracia do Estado capitalista, sua cúpula que controla as empresas estatais, tem um pertencimento de classe à burguesia. Referindo-se aos empresários, Poulantzas afirmou que “os agentes dirigentes que exercem diretamente esses poderes e que preenchem as ‘funções do capital’ ocupam o lugar do capital, e possuem, assim, um pertencimento de classe burguesa, mesmo que não detenham a propriedade jurídica formal” (POULANTZAS, 1975, p. 195). Importante ressaltar que a questão não é da origem de classe da burocracia ou do “vértice” dos aparelhos estatais e das empresas públicas, mas a do pertencimento: sua prática política e econômica no controle do capital estatal localiza esses agentes como parte da burguesia (Ibidem, p. 202). Porém, no caso de regimes de *Capitalismo de Estado*, como Poulantzas definia a URSS⁸, a questão é diferente: por sua posição nessa formação social, existe uma *burguesia de Estado* que ocupa o lugar de proprietário e de posse dos meios de produção que estão separados do controle dos trabalhadores (Ibidem, p. 204).

Dessa forma, para Poulantzas, os erros de Trotsky e de seus epígonos era conceber que a burocracia que dominava os regimes políticos da URSS não constituía uma classe dominante. Esse erro era uma decorrência da confusão entre “relações de propriedade” e “relações de produção”.

Considerações finais

Nos anos 1970, o cientista político Norberto Bobbio afirmava que a teoria marxista do Estado era incompleta, o que gerou um debate bastante produtivo no marxismo italiano sobre a própria teoria do Estado. O que nos parece estranho, é justamente que, no debate italiano, a contribuição de Poulantzas passou muito longe - Althusser é ainda citado, mas para ser descartado⁹.

⁸ Em seu *Apêndice de Fascismo e Ditadura*, Poulantzas esboça uma explicação sobre a formação da “burguesia soviética” (POULANTZAS, 1972, p. 290-292). Nessa crítica, ele também deixa mais claras suas diferenças com Trotsky. Porém, a referência para essa análise é a obra de Charles Bettelheim, *A luta de classes na URSS*, que foi publicada apenas em 1974.

⁹ Sobre o debate, conferir o livro BOBBIO, N. et al. *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Como procuramos demonstrar, Poulantzas, em sua obra *Poder Político e Classes Sociais*, buscou erigir uma teoria marxista do Estado. O problema da leitura é crucial aqui: Bobbio não encontrou uma teoria do Estado em Marx, pois partia de uma perspectiva que necessitava responder o “que” e o “como” se governa; Poulantzas vai construir essa teoria, por partir de uma perspectiva particular do materialismo histórico, e considerar que era necessário elaborar os conceitos que estavam em estado prático. Nesse sentido, o *bloco no poder*, conceito central de Poulantzas, nunca foi usado por Marx, mas encontra-se na obra dele, em suas análises político-históricas.

A obra de Poulantzas foi um clássico (e continuará sendo), pois delimitou conceitos importantes para a análise da instância jurídico-política e do campo das práticas políticas de classes. Isso não a isenta de erros e exageros, como o próprio autor admitiu, em alguns casos: um exemplo está na questão do “teoricismo” presente na obra, que muitas vezes produziu um efeito de separação entre o político e as outras instâncias, entre as estruturas e o campo das práticas. Aqui também temos um problema de leitura, em sentido althusseriano, pois é necessário ler Poulantzas na perspectiva do materialismo histórico constituído por Althusser, Balibar, Macherey, entre outros. Por outro lado, a obra de Poulantzas é um clássico por ter influenciado uma geração de pensadores a aprofundar a teoria marxista do Estado e também a compreender as formas particulares do Estado capitalista em cada país - no Brasil, inspirou e continua a inspirar uma série de marxistas a explicações inovadoras e rigorosas sobre nosso Estado e o campo das lutas políticas. É nesse sentido que a leitura de Poulantzas continua atual para ajudar a compreender a complexidade da nossa situação a partir da perspectiva do materialismo histórico. Por isso merece ser lida e interpretada, reinterpretada e aplicada aos nossos desafios contemporâneos.

Bibliografia

ALTHUSSER, L et al. *Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, 2v.

BUKHARIN, N. *Tratado de Materialismo Histórico*. São Paulo: CLB, sem data.

BOITO Jr., A. Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado absolutista. *Crítica Marxista*, nº 7, 1998, p. 67-88.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v. 5

MILIBAND, R. Poulantzas e o Estado capitalista. *Crítica Marxista*, nº 27, 2008, p. 93-104.

POULANTZAS, N. *Hegemonía y dominación em el estado moderno*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1969.

POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. Campinas: Unicamp, 2019.

TROTSKY, L. *A revolução traída*. São Paulo: Sundermann, 2005.